Setor de Ciências Jurídicas Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

Página **| 1**

1ª Fase – PROVA OBJETIVA FORMATIVAS

Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba - Paraná - Brasil

FILOSOFIA

QUESTÃO 1 - Assinalar a alternativa correta:

- Nas 20 Teses de Política Dussel tem como ponto de partida que o político se define em sua determinação central como dominação.
- 2) Segundo Dussel, a vontade-de-vida é a tendência originária de todos os seres humanos, e este querer viver em comunidade denomina-se vontade, e esse querer viver é o fundamento do político.
- 3) Segundo Dussel, o sujeito é ator em diversos campos, cumprindo em cada um deles funções diferenciadas, pois sabe como comportar-se em cada um deles, dada sua capacidade em lidar com a complexidade estrutural de cada um dos campos e sistemas.
- Na concepção de Dussel, o sujeito se encontra no ambiente, e cada campo opera autopoieticamente, e assim também opera cada sistema, excluindo o sujeito;
 - A. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
 - B. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 - C. Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 - D. Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
 - E. As afirmativas 1,2 e 3 são verdadeiras.

QUESTÃO 2 - Assinalar a alternativa correta:

- 1) Nas 20 Teses de Política, Dussel propõe uma relação analógica entre os princípios (fundamentos, ou momentos) da fundamentação Ética e os princípios (fundamentos, ou momentos) da fundamentação Política;
- 2) Dussel em 20 Teses de Política estabelece uma relação entre o que denomina potentia fonte originária da legitimidade do poder e o poder obediencial a que está submetido o poder delegado.
- 3) Nas 20 Teses de Política, segundo Dussel, quando a potestas se absolutiza, isto é, quando se funda em si mesma e se enclausura, tornando-se auto-reflexiva, ou autorreferente, ocorre a corrupção do poder.
- 4) É correto afirmar que Dussel na *Primeira parte* das 20 Teses de Política, estuda os diversos momentos do político, seus níveis e esferas e especialmente a questão dos princípios normativos da política.

PROGRACIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO Mostrado, Doutorado e Pós-doutorado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Setor de Ciências Jurídicas Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

Página | 2

- A. Somente a afirmativa 1 é correta.
- B. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- C. Somente as afirmativas 1, 2, e 4 são verdadeiras.
- D. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- E. As afirmativas 1,2,3 e 4 são verdadeiras.

QUESTÃO 3 - Assinalar a alternativa correta:

- Segundo Dussel, o poder como potestas é dispensável porque a potentia é suficiente para o querer viver do vivente em comunidade.
- 2. Para Dussel a *pontentia* é ponto de partida, mas o poder como tal não possui ainda existência real, objetiva, empírica, razão pela qual necessita da *potestas*.
- 3. Dussel situa o poder institucional como *potestas*.
- 4. Tendo em conta o exercício do poder como *potestas*, Dussel admite a dimensão da ação estratégica no poder.
 - A. Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
 - B. Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
 - C. Somente as afirmativas 1, 2, e 4 são verdadeiras.
 - D. Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
 - E. As afirmativas 1,2, 3 e 4 são verdadeiras.

TEORIA GERAL DO ESTADO

QUESTÃO 4 - Tendo como referência o pensamento do filósofo político e jusnaturalista Thomas Hobbes (RIBEIRO, R. J. *In.*: WEFFORT, F. [org.] *Os clássicos da Política*) e, considerando as afirmações abaixo, quais itens estão de acordo com a teoria jusnaturalista proposta por Hobbes:

- I. Para Hobbes, "o direito da natureza (jus naturale) é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida"
- II. Em Hobbes, "uma lei da natureza (lex naturalis) é um preceito ou regra geral, estabelecido pela sua natureza social, que permite ao homem, desde sua criação, a coexistir socialmente com os outros homens, formando organizações políticas que estruturam o poder absoluto do soberano na sociedade civil, cuja obrigação é reduzir a incerteza e manter uma ordem estável".

PROGRAZIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIRETTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Setor de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

Página | 3

- III. Para Hobbes, a primeira lei da natureza é "procurar a paz, e segui-la", sendo a segunda lei da natureza "que um homem concorde, quando todos os outros também o façam, em renunciar ao seu direito a todas as coisas".
- IV. Em Hobbes, o Estado é uma consequência natural da sociedade: "o homem naturalmente vive em sociedade e desenvolve todas as suas potencialidades no Estado".

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- B. Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- C. Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- D. Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- E. Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.

QUESTÃO 5 - Tendo como referência as teorias do filósofo político francês Montesquieu (ALBUQUERQUE, J. A. G. *In.*: WEFFORT, F. [org.] *Os clássicos da Política*) e, considerando as afirmações abaixo, quais itens estão de acordo com a teoria proposta por Montesquieu:

- I. Charles de Secondat, o Barão de La Brède e de Montesquieu, tem como um dos seus objetos de estudo as leis naturais, que são as leis e instituições criadas pelos homens para reger as relações entre os homens.
- II. Para Montesquieu, o "princípio do governo é a paixão que o move, é o modo de funcionamento dos governos, ou seja, como o poder é exercido".
- III. Segundo Montesquieu, haveria três modalidades de princípios de governo. Conforme sua tipologia de governo, os princípios seriam: na monarquia, a honra; na república, a instituição; no despotismo, o medo.
- IV. Em Montesquieu, a teoria da separação dos poderes deve ser entendida como moderação, como a capacidade de um poder contrariar outro poder, conferindo estabilidade ao governo. Esse é um problema político, de correlação de forças, e não um problema jurídico-administrativo, de organização de funções.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- B. Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- C. Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- D. Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- E. Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.



Setor de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

Página **| 4**

QUESTÃO 6 - Tendo como referência *O Federalista*, artigos assinados por *Publius* (Alexander Hamilton, James Madison e John Jay; LIMONGI, F. P. *In.*: WEFFORT, F. [org.] *Os clássicos da Política*) e, considerando as afirmações abaixo, quais itens estão de acordo com a teoria proposta em *O Federalista*:

- I. Em O Federalista, artigos assinados por Publius (Alexander Hamilton, James Madison e John Jay), defendem a nova Constituição da União (1787), que continha uma nova forma de governo, até então inexistente: uma Confederação que se relacionasse unicamente com os Estados, sem estender seu raio de ação diretamente sobre os cidadãos (princípio federativo).
- II. O Federalista expressa uma visão realista do comportamento humano, propondo controles bem definidos dos detentores de poder.
- III. O Federalista define que a limitação do poder, dado sua natureza usurpadora, só pode ser obtida pela contraposição de outro poder (freios e contrapesos). Ou seja, por uma distribuição horizontal (separação de poderes) das três funções principais do Estado (a executiva, a legislativa e a judiciária) em órgãos distintos e autônomos.
- IV. O Federalista descreve que a Constituição proposta não é nem verdadeiramente federativa, nem verdadeiramente nacional, é um composto de ambas; nos princípios que lhe servem de base é federativa; na origem de seus poderes é mista; na operação destes poderes é nacional; na extensão deles é federativa; na maneira de introduzir as reformas nem é inteiramente federativa, nem inteiramente nacional.

Assinale a alternativa correta.

- A. Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- B. Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- C. Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- D. Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- E. Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO Mostricão, Doutorado e Pós-doutorado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Setor de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

Página | 5

TEORIA GERAL DO DIREITO

QUESTÃO 7 - Segundo António Manuel Hespanha, na sua obra "Pluralismo Jurídico e Direito Democrático":

- O direito pode se exprimir por outras fontes, para além das estatais, de modo a dar conta de uma variedade e complexidade de planos de regulação que já estão na sociedade.
- 2. Para manter a democraticidade do direito num contexto pluralista, é preciso equiparar vigência com validade, ou seja, reconhecer como normas jurídicas válidas todas as normas que se comprovar que vigoram na sociedade.
- 3. O tratamento pluralista das normas não deve desprezar a necessidade de o direito se legitimar a partir do consenso da comunidade, para, com isso, preservar o paradigma democrático de legitimação.
- 4. Não é direito senão aquilo que resultar de concordâncias coletivas e abrangentes.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. são verdadeiras somente as alternativas 1, 2 e 3;
- B. são verdadeiras somente as alternativas 2 e 3;
- C. são verdadeiras somente as alternativas 3 e 4;
- D. são verdadeiras somente as alternativas 1, 3 e 4;
- E. são verdadeiras somente as alternativas 1, 2 e 4.

QUESTÃO 8 - Segundo António Manuel Hespanha, na sua obra "Pluralismo Jurídico e Direito Democrático":

- O pluralismo jurídico reconhece que o direito se manifesta de forma plural, por normas que regulam comportamentos sociais, e de modo hierarquizado, com prevalência da lei estatal, que representa a legitimação democrática.
- 2. A compreensão de que a vontade da maioria não regula toda a diversidade da sociedade, nem regula de forma soberana e indisputada, levou ao reconhecimento da pluralização das fontes do direito.
- 3. O pluralismo jurídico parte da ideia de que, na sociedade de hoje, atenta à diferença, não se pode imaginar que um povo possa ter *uma* vontade e não muitas e inconstantes aspirações, dependendo de cada grupo e necessidade (de gênero, de idade, de região, de cultura, de estrato social, de religião, de interesses).

PROGRACIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO Mostrado, Doutorado e Pós-doutorado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Setor de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

Página | 6

4. No pluralismo jurídico, para que as normas jurídicas tenham legitimação democrática, é preciso que representantes eleitos pelo povo expressamente as reconheçam como tal.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. são verdadeiras somente as alternativas 2 e 3;
- B. são verdadeiras somente as alternativas 1, 2 e 3;
- C. são verdadeiras somente as alternativas 2, 3 e 4;
- D. são verdadeiras somente as alternativas 1 e 2;
- E. são verdadeiras somente as alternativas 3 e 4.

QUESTÃO 9 - Segundo António Manuel Hespanha, na sua obra "Pluralismo Jurídico e Direito Democrático":

- O consenso que garante democraticidade às normas jurídicas, precisa ter "generalidade apreciável": deve ser largamente comum a todos os interessados naquele domínio de regulação, incorporando um prisma da ordem social que inclua pontos de vistas e interesses diferenciados e diferentes.
- Da ideia de uma sociedade constituída por indivíduos iguais e indiferenciados no monismo jurídico passou-se para a noção de uma sociedade integrada por pessoas marcadas pela diversidade e por grupos portadores de diferenças no pluralismo jurídico.
- 3. No pluralismo jurídico, a busca por um direito autêntico sai da unidade legislativa estatal e alcança outros centros autônomos de produção de normas como, por exemplo, organização da vida corrente (famílias, comunidades), relações internacionais, práticas estabelecidas nos negócios, doutrina, jurisprudência, costumes.
- 4. Todas as normas que regulam comportamentos sociais e cuja vigência efetiva pode ser observada fazem parte do direito, tornando seguras as regras de convívio e afastando a discricionariedade das forças sociais mais poderosas.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A. são verdadeiras somente as alternativas 2, 3 e 4;
- B. são verdadeiras somente as alternativas 1, 2 e 3;
- C. são verdadeiras somente as alternativas 1 e 3;
- D. são verdadeiras somente as alternativas 2 e 3;
- E. são verdadeiras somente as alternativas 1, 2 e 4.



Setor de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

Página **| 7**

HISTÓRIA DO DIREITO

QUESTÃO 10 - A história como ciência foi uma invenção moderna, em particular do século XIX e do historicismo rankeano. Era uma das facetas que o positivismo teria, dentre tantas outras como a filosófica, jurídica e sociológica.

Sobre o positivismo histórico e sua influência sobre a história do direito assinale a alternativa CORRETA:

- A. a realidade é produto de uma interação entre a reta razão do historiador e suas fontes, produzindo uma verdade fronteiriça;
- B. há por parte do positivismo, uma valorização das instituições nacionais e, por consequência do estudo da história jurídica;
- C. as fontes históricas para o positivista são as que podem ter comprovação através de análises formais, sendo de variados modelos;
- D. a objetividade do historiador é atenuada pelo apego às fontes arquivísticas e a obsessão em narrá-las;
- e. o resultado para o direito é o enaltecimento da cultura jurídica vigente e do Estado, resultado de evolução histórica.

QUESTÃO 11 - A grande revolução historiográfica contra o positivismo histórico veio da França no período entre-guerras, através de dois historiadores comunistas de origem judaica: Marc Bloch e Lucien Febvre. A Escola dos Annales defendia uma historiografia completamente diversa da proposta por Ranke. Sobre a escola, assinale a alternativa INCORRETA:

- A. a historiografia francesa normalmente se recusava a encarar os objetos históricos do positivismo, como o Estado, a administração e o direito;
- B. para os franceses tudo tinha história, ampliando o campo de investigação para além dos temas tradicionais da história política e militar:
- a ampliação se deu também no campo das fontes, em que todos os vestígios deixados pelo passado passaram a valer;
- D. os estudos da segunda geração dos Annales, com Fernad Braudel, se aproximaram do direito, com o conceito de mentalidade jurídica;
- E. o tempo histórico dos franceses se complexificou, privilegiando a longa duração (estruturas) em detrimento dos fatos (eventos).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO Mostrodo, Distributo do PÓS-distributordo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Setor de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

Página | 8

QUESTÃO 12 - A historiografia marxista, tanto de Marx quanto dos marxistas (em particular a Nova Esquerda Inglesa e a Escola de Frankfurt), deu enorme contribuição à investigação histórica e ao desenvolvimento de uma visão crítica da modernidade. Sobre as contribuições assinale a alternativa INCORRETA:

- A. a Escola de Frankfurt inaugurou o pensamento pós moderno ao defender a fragmentação da sociedade e o fim das classes.
- B. a nova esquerda inglesa passou a privilegiar os estudos culturais, mas destacando sempre a cultura popular e optando por seu resgate;
- Walter Benjamin questiona fortemente a visão de progresso e evolução, típicos do historicismo rankeano;
- D. o marxismo do século XX se aproximou novamente de outras facetas da superestrutura, abrindo espaço para o estudo do direito;
- E. uma contribuição marxiana foi a de desmascarar o Estado (e por consequência o direito) como neutros, vinculando-os às relações de poder;

SOCIOLOGIA

QUESTÃO 13 - Uma das principais obras sociológicas de Max Weber foi *Economia e Sociedade,* de acordo com Raymond Aron "é um tratado de sociologia geral que desenvolve ao mesmo tempo uma sociologia econômica, jurídica, política e religiosa." (ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. p. 802). Dentre os temas tratados e conceitos desenvolvidos pelo autor nessa obra, assinale a alternativa INCORRETA:

- todas as civilizações, todas as épocas e todas as sociedades são utilizadas como exemplos ou ilustrações;
- B. trata-se de obra que desenvolve também conceitos e conteúdos historiográficos ao tratar de várias épocas;
- C. a obra propõe por em evidência a originalidade da civilização ocidental, comparativamente às outras civilizações;
- D. a sociologia é a ciência da ação social, que ela quer compreender interpretando, e cujo desenvolvimento quer explicar, socialmente;
- E. a ação social se organiza em relação social, quando o sentido de cada ator se relaciona com a atitude do outro, de modo que suas ações são mutualmente orientadas;

PROGRACIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIRETTO Mestrado Destrado a Pós-destrado Destrado A Pós-destrado Postado A Pós-destrado Destrado A Pós-destrado A Pós-destrado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Setor de Ciências Jurídicas

Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba – Paraná – Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: posjur@ufpr.br

Página | 9

QUESTÃO 14 - Em A divisão do trabalho social (sua tese de doutorado), Durkheim investiga "a relação entre os indivíduos e a coletividade. Como pode uma coleção de indivíduos constituir uma sociedade? Como se chega a essa condição da existência social que é o consenso?"(ARON, R. Etapas do pensamento sociológico. p. 458.) Sobre as respostas dadas pelo autor a tais questões assinale a alternativa INCORRETA:

- A. na solidariedade mecânica os indivíduos diferem pouco uns dos outros, embora tenham diversos sentimentos, valores e reconheçam objetos distintos como sagrados;
- B. na solidariedade orgânica os indivíduos diferem mais pois não se assemelham, construindo a unidade através do consenso;
- C. a solidariedade mecânica corresponde às sociedades arcaicas, ou sem escrita, nas quais o indivíduo não está em primeiro lugar;
- D. a oposição destas duas formas de solidariedade se combina com a oposição entre sociedades segmentárias e aquelas em que aparece a moderna divisão do trabalho;
- E. a noção de estrutura segmentária não se confunde com a solidariedade por semelhança. Sugere apenas o relativo isolamento dos vários elementos.

QUESTÃO 15 - A sólida e prolífica produção teórica sociológica de Max Weber visava compreender o sentido das ações sociais e, consequentemente, as características e os mecanismos de funcionamento da sociedade em que vivia:

Proceda a leitura das seguintes assertivas:

- I. O tipo ideal está ligado à noção de autopoiese.
- II. Dominação é a probabilidade de um ator impor a sua vontade a outro, mesmo com a resistência deste.
- III. A dominação racional é baseada na crença na legalidade da ordem e dos títulos dos que exercem a dominação.
- IV. A ação é social quando, de acordo com o sentido que lhe atribui o ator, ela se relaciona com o comportamento de outras pessoas.

Assinale a alternativa correta:

- A. As afirmativas I, II, III e V são falsas
- B. Somente a afirmativa IV é verdadeira
- C. Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras
- D. Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras
- E. As afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras



Setor de Ciências Jurídicas
Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito - Mestrado e Doutorado
Praça Santos Andrade, 50 - 3º andar - CEP 80.020-300 Curitiba - Paraná - Brasil

Fone/Fax: (41) 3310-2685 – site: www.direito.ufpr.br - e-mail: $\underline{posjur@ufpr.br}$

Página | **10**

GABARITO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
С	Е	Е	D	Ε	С	D	Α	В	Е

11	12	13	14	15	
D	Α	В	Α	D	